

Artigo 2.º

Zona especial de proteção

É fixada a zona especial de proteção do sítio referido no artigo anterior, conforme planta de delimitação constante do anexo à presente portaria e que desta faz parte integrante

12 de dezembro de 2012. — O Secretário de Estado da Cultura, *Jorge Barreto Xavier*.

ANEXO



24952012

Portaria n.º 740-AJ/2012

O solar oitocentista da Borralha, construído sobre os alicerces de um imóvel do século XVI, é um monumento de grande impacto cenográfico, apesar das linhas despojadas características do neoclássico. O edifício, com capela anexa, inclui elementos barrocos, rococó e revivalistas, e a propriedade conserva um amplo jardim com espécies centenárias e diversas estruturas reforçando o cariz romântico do conjunto. Ainda são visíveis no interior painéis de azulejos e outros elementos decorativos originais.

Para além do valor patrimonial, a Casa da Borralha merece especial referência por ter sido palco de reuniões culturais e políticas de relevância local e nacional nos séculos XIX e XX.

A classificação da Casa da Borralha reflete os seguintes critérios constantes do artigo 17.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro: o valor estético e material intrínseco do bem, a sua concepção arquitetónica e paisagística, e o seu interesse como testemunho notável de vivências históricas.

A zona especial de proteção (ZEP) tem em consideração a malha urbana próxima do imóvel, bem como o seu enquadramento paisagístico. A sua fixação visa salvaguardar a integridade física e contextual do edificado, das áreas naturais e dos espaços vazios, e a relação visual do imóvel com a envolvente.

Foram cumpridos os procedimentos de audição dos interessados, previstos no artigo 27.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, de acordo com o disposto nos artigos 100.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo.

Assim:

Sob proposta dos serviços competentes, ao abrigo do disposto nos artigos 15.º, 18.º, n.º 1, 28.º, n.º 2, e 43.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, e no uso das competências conferidas pelo n.º 11 do artigo 10.º

do Decreto-Lei n.º 86-A/2011, de 12 de julho, manda o Governo, pelo Secretário de Estado da Cultura, o seguinte:

Artigo 1.º

Classificação

É classificada como monumento de interesse público a Casa da Borralha, capela e jardim envolvente, na Rua Conde Caldeira, 73, Borralha, freguesia da Borralha, concelho de Águeda, distrito de Aveiro, conforme planta de delimitação constante do anexo à presente portaria e que desta faz parte integrante.

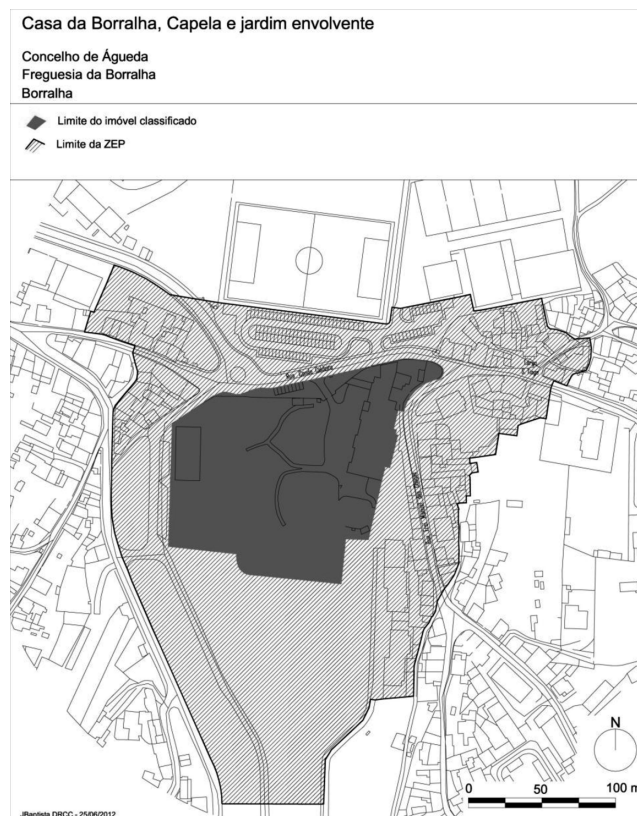
Artigo 2.º

Zona especial de proteção

É fixada a zona especial de proteção do monumento referido no artigo anterior, conforme planta de delimitação constante do anexo à presente portaria e que desta faz parte integrante.

12 de dezembro de 2012. — O Secretário de Estado da Cultura, *Jorge Barreto Xavier*.

ANEXO



24842012

Portaria n.º 740-AL/2012

A Torre de Oriz, ou dos Coimbras, terá sido edificada no século XIV, sendo um modesto exemplar da tipologia de *domus fortis*, ou casa-torre, muito comum na arquitetura senhorial da época.

De planta quadrangular, com dois pisos, a torre possui entrada de arco apontado localizada no andar térreo. O segundo piso, destinado a salão nobre, integra janelas duplas de perfil trilobado e com mainel, a par de outras de lume único. Um segundo acesso, interior, foi aberto para permitir a correspondência entre o torreão e o corpo residencial que se lhe adossa. Edificado no século XVII, este segundo corpo estrutura-se em planta longitudinal e piso único.

A classificação da Torre de Oriz ou dos Coimbras reflete os seguintes critérios constantes do artigo 17.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro: valor estético e técnico do bem; concepção arquitetónica; a extensão do bem e o que nela se reflete do ponto de vista da memória coletiva.

A zona especial de proteção do bem imóvel agora classificado é fixada por portaria, nos termos do disposto no artigo 43.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro.

Foram cumpridos os procedimentos de audição dos interessados, previstos no artigo 27.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, de acordo com o disposto nos artigos 100.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo.

Assim:

Sob proposta dos serviços competentes, ao abrigo do disposto nos artigos 15.º, 18.º, n.º 1, e 28.º, n.º 2, da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, e no uso das competências conferidas pelo n.º 11 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 86-A/2011, de 12 de julho, manda o Governo, pelo Secretário de Estado da Cultura, o seguinte:

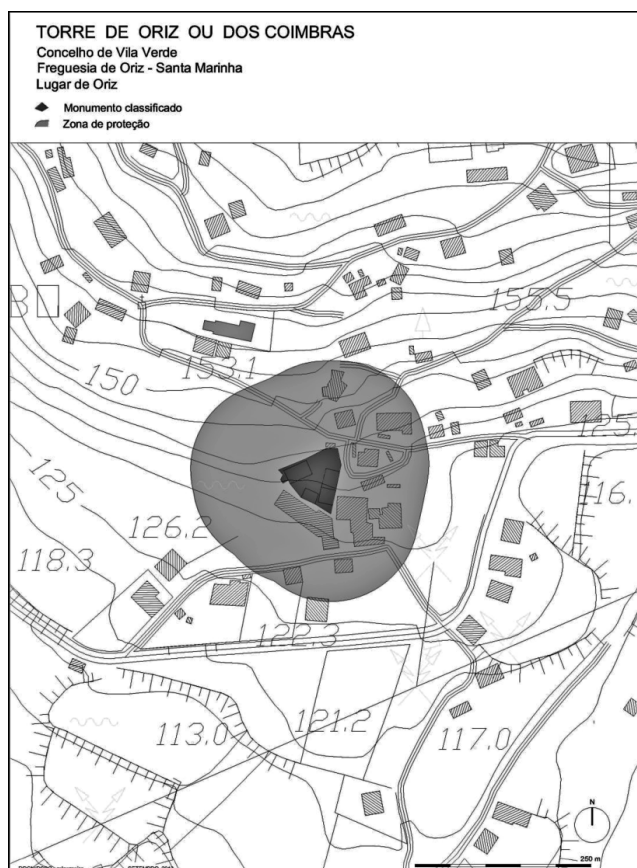
Artigo único

Classificação

É classificada como monumento de interesse público a Torre de Oriz ou dos Coimbras, em Oriz, freguesia de Oriz (Santa Marinha), concelho de Vila Verde, distrito de Braga, conforme planta constante do anexo à presente portaria e que dela faz parte integrante.

12 de dezembro de 2012. — O Secretário de Estado da Cultura, *Jorge Barreto Xavier*.

ANEXO



24922012

Portaria n.º 740-AM/2012

O conjunto formado pela casa, capela, jardins e portais da Quinta da Bouça-Cova foi mandado edificar na primeira metade do século XVIII pela família Castro Pereira. Desde 1958 a quinta alberga o Seminário Seráfico dos Frades Menores Capuchinhos.

O elemento principal do conjunto é a casa de planta em L e linhas barrocas, onde se destaca a grande escadaria, a distribuição simétrica dos vãos com molduras recortadas, bem como os tectos em estuque e os lambris de azulejo no interior. A capela, dedicada a Nossa Senhora Mãe dos Homens, terá sido reedificada quando da construção do solar, cerca de 1726, sendo então devotada a Santa Quitéria. O espaço envolvente, delimitado por muro com portão coroado por brasão de armas, integra dois jardins, um deles setecentista, e uma sumptuosa fonte de gosto barroco.

A classificação do conjunto formado pela casa, capela, jardins e portais da Quinta da Bouça-Cova reflete os seguintes critérios constantes do artigo 17.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro: o valor estético do bem e a sua concepção arquitectónica e paisagística.

A zona especial de proteção do monumento agora classificado é fixada por portaria, nos termos do disposto no artigo 43.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro.

Foram cumpridos os procedimentos de audição dos interessados, previstos no artigo 27.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, de acordo com o disposto nos artigos 100.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo.

Assim:

Sob proposta dos serviços competentes, ao abrigo do disposto nos artigos 15.º, 18.º, n.º 1, e 28.º, n.º 2, da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, e no uso das competências conferidas pelo n.º 11 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 86-A/2011, de 12 de julho, manda o Governo, pelo Secretário de Estado da Cultura, o seguinte:

Artigo único

Classificação

É classificado como monumento de interesse público o conjunto formado pela casa, capela, jardins e portais da Quinta da Bouça-Cova, ou dos Capuchinhos, na Avenida General Humberto Delgado, 201, Gondomar, freguesia de São Cosme, concelho de Gondomar, distrito do Porto, conforme planta constante do anexo à presente portaria e que dela faz parte integrante.

12 de dezembro de 2012. — O Secretário de Estado da Cultura, *Jorge Barreto Xavier*.

ANEXO



24862012

Portaria n.º 740-AN/2012

A Casa Mariz Sarmento foi edificada no século XVIII, sendo um solar rural, de tipologia muito comum no interior Norte, que alterna entre a